

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



**DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO
DE RENDA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo, 13 de novembro de 2007.

AGENDA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO PELO DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A AGENDA PELO DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO é uma ação conjunta dos Sindicatos dos setores público e privado, filiados à CUT-SP (Central Única dos Trabalhadores), com o objetivo de mobilizar a sociedade e o movimento sindical para influenciar os rumos do desenvolvimento do Estado de São Paulo.

O texto tem como referência a **AGENDA DOS TRABALHADORES PELO DESENVOLVIMENTO**, documento nacional que apresenta diretrizes, políticas e ações para promover mudanças substantivas na realidade atual, permitindo a integração positiva entre crescimento econômico, desenvolvimento e distribuição de renda. A Agenda paulista também foi construída a partir de resoluções dos últimos Congressos Nacional e Estadual da CUT e resoluções de Conferências da CUT Estadual.

A Agenda está organizada em quatro âmbitos problemáticos, focados no desenvolvimento do Estado de São Paulo:

- A desigualdade e a concentração de renda;
- O desemprego e o mercado de trabalho;
- A capacidade do Estado em promover o desenvolvimento;
- A democracia e a participação social.

FUNDAMENTOS

A CUT-SP, desde sua fundação e ao longo de sua trajetória histórica, luta persistentemente por melhoria de vida do trabalhador e trabalhadora e por condições dignas de trabalho. A Central defende também o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e provedor de serviços públicos universais e de qualidade. **A AGENDA PELO DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO** vem confirmar esses posicionamentos da Central e tem a função de apresentar alternativas para estimular o crescimento do Estado e propiciar qualidade de vida à população paulista.

Especialmente na última década, o Estado de São Paulo só fez aprofundar o processo de privatização e terceirização. Seja no plano do atendimento social, ao permitir progressiva deterioração, sobretudo, da educação e da saúde, como no plano econômico, ao perder pujança e abandonar o papel do Estado como indutor estratégico do desenvolvimento.

Contra esse processo, a CUT-SP manteve-se firme na defesa do interesse público. Prova disso é que a Central enfrenta o discurso hegemônico de governantes do Estado, da mídia e de setores privados, cujo argumento é sempre o de responsabilizar o servidor público pela má qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado para justificar privatizações sob o signo da eficiência.

A CUT-SP ressalta que uma sociedade somente pode se concretizar democrática caso toda a população tenha acesso igualitário aos serviços públicos. E, para isso, é preciso a valorização de um Estado que possibilite a participação de todos os segmentos sociais na definição de políticas. A Central considera urgente combater o conservadorismo e o autoritarismo que se instalaram no comando de São Paulo que não aceita dialogar com os setores organizados da sociedade. Por isso, a CUT-SP apresenta esta Agenda para influenciar as tomadas de decisão.

Reafirmamos a importância do papel do Estado na condução do serviço público, como provedor da cidadania, da inclusão social e do aprimoramento constante da democracia. A lógica de mercantilização do serviço público não interessa ao povo paulista. Dessa forma, o movimento sindical deve articular os esforços do setor público e privado para construir um processo de fortalecimento do setor público, construindo uma Agenda, com enfoque no desenvolvimento econômico e social.

É por uma outra concepção de Estado e de modelo de desenvolvimento social e econômico que a CUT-SP vem propor ao povo paulista, à Assembléia Legislativa de São Paulo e ao Governo Estadual a abertura de um amplo debate sobre a proposta de uma Agenda de Desenvolvimento Social e Econômico para o Estado de São Paulo. Nesse sentido, a CUT-SP apresenta a seguir um conjunto de propostas para dialogar com toda a sociedade paulista.

ÂMBITO PROBLEMÁTICO 1

EXTREMA CONCENTRAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA GERANDO EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA COM GRAVES DESIGUALDADES REGIONAIS, RURAIS E URBANAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

A conjuntura política, econômica, social e cultural do Estado de São Paulo apresenta quadro grave e tem piorado em função das estratégias adotadas pelos últimos governos. Esse período recente aprofundou as desigualdades regionais, rurais e urbanas, ao condicionar o Estado à perda contínua de participação na economia nacional. Em diversos setores infelizmente sobram exemplos de políticas mal-sucedidas.

As políticas públicas de educação implementadas tem levado, por exemplo, à deterioração da educação pública. Entre os principais desafios para a qualidade da educação nas escolas públicas paulistas, constatamos as péssimas condições de trabalho dos profissionais da educação, a falta de equipamentos, como bibliotecas, o baixo número de funcionários e a falta de segurança.

Além disso, a política de aprovação automática dos alunos, a superlotação das salas de aula, a fragmentação do sistema estadual de educação, a desvalorização dos trabalhadores e trabalhadoras, com o Estado de São Paulo pagando os piores salários da Região Sudeste e 39% inferiores aos dos professores acreanos, reforçam a necessidade de a CUT-SP denunciar esse quadro de descalabro.

O Estado mais rico da Federação está entre os que pagam os piores salários para os professores e professoras. A consequência dessa política equivocada tem se manifestado nos resultados dos exames de avaliação. São Paulo tem desempenho inferior a muitos outros Estados que possuem condições econômicas incomparavelmente inferiores. Apesar dos resultados pífios, o governo de São Paulo reduziu em R\$ 18,3 milhões de 2006 para este ano as verbas para capacitação docente.

Não há possibilidade de desenvolvimento social e econômico, de superação da pobreza e das condições precárias de vida da grande parcela do povo paulista sem um grande avanço educacional. O desenvolvimento também depende de um conjunto fortalecido de instituições de pesquisa e ensino em nível superior para a produção de conhecimento e a constituição de corpo intelectual preparado para os grandes desafios que estão postos para o Estado hoje. No entanto, as universidades públicas paulistas têm sofrido de inanição, pelo constante estrangulamento de verbas.

No que tange às questões relativas à saúde, o Estado de São Paulo tem apresentado drástico diagnóstico. É sabida, e as entidades representativas dos servidores denunciam constantemente, a entrega da prestação de serviços da saúde às OS's (Organizações Sociais) e fundações. A terceirização, nesse processo, tem o objetivo de esvaziar o papel fundamental do Estado na promoção da saúde pública.

Como resultado da omissão do governo, São Paulo enfrenta atualmente uma epidemia de dengue. A Secretaria Estadual de Saúde já confirmou 78 mil casos da doença neste ano. Segundo dados do Ministério da Saúde, reconhece-se como epidemia a ocorrência de pelo menos 300 casos de dengue por 100 mil habitantes, e 127 cidades do Estado de São Paulo apresentam este índice.

Outro setor afetado pela ausência de políticas públicas que estimulam o crescimento e a eliminação das desigualdades sociais é a segurança pública. Assim como outras esferas do Estado, como a saúde e a educação, o setor da segurança também sofre um desmonte. Policiais trabalham com coletes de baixa qualidade ou sem equipamentos suficientes para a eficiência e a segurança do trabalho. Há também desvio de função, falta de pessoal e ausência de assistência social adequada.

Falta política efetiva de combate à corrupção interna das polícias e da Justiça. O Governo Estadual também não está preparado para o enfrentamento do tráfico de drogas, pirataria, contrabando e violência. O resultado é o permanente crescimento da violência contra trabalhadores e trabalhadoras e a população mais pobre. Como solução do problema, tem-se a construção de novos presídios para atender a população carcerária que infelizmente não pára de crescer ano a ano. Recentemente, foram anunciadas as construções de 44 novas cadeias públicas.

Embora aumente os investimentos em construção de presídios, como ocorre há décadas, faltam em São Paulo espaços para a promoção da cultura para a população. Quando esses espaços estão estruturados, atendem uma programação voltada à elite. Ao passo em que cresce a criminalidade, constatamos a ausência efetiva de políticas e aparelhos apropriados para promoção do esporte, lazer e cultura. O governo ainda deixa de articular políticas que conjuguem educação e cultura nas escolas como forma de garantir aos jovens oportunidades e perspectivas de desenvolvimento intelectual e físico.

Ausência de políticas sociais e ausência de políticas econômicas estratégicas para determinados setores prejudicam a distribuição de renda no Estado de São Paulo e intensifica a pobreza e as desigualdades regionais. Na Agricultura, por exemplo, a grande obra dos últimos governos tem sido o desmonte da estrutura de apoio e assistência técnica ao pequeno agricultor e a perseguição aos movimentos sociais que lutam por Reforma Agrária. Além de barrar o avanço da distribuição de terras, o atual governo encaminhou à Assembléia Legislativa de São Paulo projeto de lei cuja finalidade é legalizar a grilagem de terras no Pontal do Paranapanema, intensificando o processo de concentração fundiária na região marcada por conflitos por justiça social e promoção da igualdade.

Diante o diagnóstico sobre as políticas públicas implementadas nos últimos anos no Estado de São Paulo, a CUT-SP apresenta esta Agenda com as seguintes medidas:

Ampliar rede de proteção social

Educação

1. Universalizar o ensino público de qualidade.
2. Consolidar, de modo democrático, um Sistema Estadual de Educação, a ser integrado em um Sistema Nacional de Educação, integrando e regulamentado as ações do Estado e dos Municípios, com participação da sociedade nas decisões e gestão.
3. Criar estratégias para o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação pela sociedade civil, articulando as diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal) para que ocorra a necessária integração entre seus Planos de Educação.
4. Investir na gratuidade da educação em todos os níveis, com recursos adicionais aos recursos previstos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.
5. Implantar uma política de recuperação e valorização salarial dos trabalhadores em educação até atingir o piso do Dieese para jornada de 24 horas/aulas para professores (formação nível médio) e 30 horas para os demais trabalhadores.
6. Criar uma política de financiamento especial para a educação do campo que considere as especificidades da população rural.
7. Elaborar, distribuir e avaliar os materiais didáticos específicos para a educação no campo.
8. Reconhecer e financiar as escolas dos acampamentos (escolas itinerantes) e dos assentamentos.
9. Universalizar a educação infantil, o acesso às creches e à educação profissionalizante públicas.
10. Integrar a educação infantil e profissionalizante na educação básica.
11. Aumentar a rede pública de ensino profissionalizante.
12. Melhorar a distribuição regional das vagas do ensino profissionalizante.
13. Integrar as ações de ensino profissionalizante entre as esferas governamentais (educação, trabalho, esporte, entre outros).

14. Incluir as disciplinas de Filosofia e Sociologia na educação básica.
15. Garantir a qualificação dos professores das redes básicas e profissionalizante.
16. Assegurar acesso ao ensino regular, nas redes estadual e municipal, em todos os níveis e modalidades ao menor que estiver cumprindo medida sócio-educativa, bem como egressos da Fundação CASA.
17. Capacitar os trabalhadores e trabalhadoras em educação para o atendimento às crianças, adolescentes e jovens que se encontram em liberdade assistida ou cumprindo medida sócio-educativa.
18. Capacitar os trabalhadores e trabalhadoras em educação para o atendimento às crianças, adolescentes e jovens portadores de necessidades especiais.
19. Ampliar o repasse do ICMS para as universidades públicas paulistas para investimento em ensino, pesquisa e extensão.
20. Incentivar políticas de assistência estudantil para garantir a permanência do estudante universitário de família de baixa renda em instituições públicas de ensino superior.

Saúde

1. Elevar o percentual de gastos públicos Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo.
2. Aprimorar o sistema de controle social do SUS paulista, garantindo a legitimidade e o poder deliberativo dos Conselhos Municipais e Estadual de Saúde.
3. Implantar o PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) do funcionalismo da saúde.
4. Ampliar e estimular a produção de medicamentos pelos laboratórios públicos paulistas.
5. Transferir os hospitais públicos estaduais sob administração de OS's (Organizações Sociais) e fundações para o gerenciamento do Estado, com funcionários de carreira contratados por meio de concurso público de qualidade.
6. Incentivar a medicina preventiva.
7. Implantar e ampliar o PSF (Programa Saúde da Família).

Infância, Adolescência e Juventude

1. Discutir o modelo de atendimento a criança, adolescente e jovem autor de atos infracionais.
2. Redirecionar a política de atendimento da Fundação CASA para promoção de medidas sócio-educativas eficientes.
3. Exigir o cumprimento dos preceitos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).
4. Respeitar a integridade da criança e do adolescente, conforme convenções internacionais de valorização dos Direitos Humanos.
5. Implementar programas sociais que propiciem atividades lúdicas, culturais e esportivas a crianças e adolescentes.
6. Integrar, para atividades de lazer e cultura, escolas e comunidades.
7. Estender os aparelhos recreativos e culturais do Estado à toda a população, combatendo a elitização da cultura e do lazer.

Segurança Pública

1. Combater o tráfico e o crime organizado.
2. Combater a violência urbana e rural.
3. Melhorar os salários dos policiais.
4. Realizar concursos públicos para aumentar o efetivo das polícias.
5. Melhorar as condições de trabalho.
6. Aparelhar as polícias estaduais.
7. Investir em polícia científica.
8. Fortalecer as delegacias da mulher.
9. Abrir linhas de crédito habitacional especiais para os trabalhadores e trabalhadoras das polícias do Estado de São Paulo.
10. Reformular o sistema carcerário paulista, com foco na ressocialização.

Saneamento

1. Universalizar o acesso ao saneamento básico e à água potável aos cidadãos paulistas nas áreas urbana e rural.
2. Determinar metas aos municípios para tratamento e distribuição de água encanada, para coleta e tratamento de esgotos e resíduos residencial e industrial.
3. Implantar política ambientalmente sustentável de gerenciamento de resíduos sólidos.
4. Criar linhas de crédito específicas para a retomada das principais obras de saneamento de São Paulo.

Habitação

1. Desenvolver amplo programa de construção de moradias populares.
2. Ampliar o crédito subsidiado para famílias do funcionalismo de menor renda.
3. Apoiar iniciativas de autoconstrução, disponibilizando lotes urbanizados, acesso ao crédito para construção e compra de material, com criação de fundo de aval.
4. Garantir maior participação de entidades associativas e cooperativas habitacionais vinculadas a entidades sindicais e aos movimentos sociais nos projetos de habitação popular.
5. Articular, racionalizar e integrar as ações de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano nos três âmbitos da administração pública.
6. Implementar programa de habitação rural no Estado de São Paulo.

Transporte

1. Garantir acesso universal aos serviços de transporte público de passageiros e a integração entre os diversos meios de transporte.
2. Garantir tarifas sociais para o transporte público.

3. Não privatizar a Companhia do Metropolitano, o Metrô, mantendo seu caráter público e estadual.
4. Não privatizar a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), mantendo seu caráter público e estadual.
5. Não ao processo de concessão das rodovias paulistas.
6. Rever os atuais modelos de concessão das rodovias paulistas que implicam elevadas tarifas de pedágio por causa da outorga de concessão.
7. Revisar as tarifas das praças de pedágio das rodovias paulistas.

Ampliar o papel redistributivo do Estado

1. Elevar o valor dos benefícios dos programas sociais, ampliar sua cobertura e constituir programas com foco na inclusão no mercado de trabalho.
2. Estabelecer critérios de desoneração para produtos considerados essenciais (segurança alimentar).

Reduzir a desigualdade regional

1. Criar uma Política Estadual de Desenvolvimento Regional e um fundo destinado ao investimento em atividades produtivas em cada região.
2. Proteger e fortalecer os parques industriais regionais existentes e criar outros pólos de dinamismo regionais.
3. Criar políticas para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais.
4. Desenvolver políticas de crédito compatível com o capital dos micro e pequenos empreendedores.
5. Investir no turismo regional.

Agricultura familiar

1. Fortalecer a agricultura familiar via fomento de crédito, implantação da infra-estrutura necessária, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas.
2. Criar mecanismos para a venda e distribuição dos produtos da agricultura familiar no mercado interno.
3. Implantar programas de pesquisa na área da agroecologia para agricultura familiar
4. Aprimorar mecanismos da política do biodiesel, na qual agricultores familiares possam atuar na cadeia produtiva com crédito subsidiado pelos governos estadual e federal.
5. Priorizar a aquisição da produção da agricultura familiar nos sistemas de compras governamentais.
6. Integrar a agricultura familiar às economias locais.

Reforma Agrária

1. Rejeitar a proposta de legalização das terras griladas no Pontal do Paranapanema.
2. Combater a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra.
3. Desapropriar terras que não cumprem função social.

ÂMBITO PROBLEMÁTICO 2

ELEVADO DESEMPREGO EM UM MERCADO DE TRABALHO CARACTERIZADO PELA FORTE INFORMALIDADE, PRECARIIDADE DE POSTOS DE TRABALHO E FRAGILIDADE DO SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO

A estagnação econômica teve impactos diretos sobre a geração e a qualidade dos postos de trabalho, gerando no país um elevado desemprego em um mercado de trabalho caracterizado pela forte informalidade, precariedade de postos de trabalho e fragilidade do sistema de relações de trabalho.

A transformação desejada deve promover o crescimento econômico e o fortalecimento do mercado interno, de forma a gerar:

- Emprego com qualidade, conforme o conceito do trabalho decente da OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- Proteção social para as diferentes formas de ocupação;
- Fortalecimento do sistema de relações de trabalho com amplo direito de negociação e de organização, solução ágil dos conflitos e direito de greve.

Com esse objetivo, o movimento sindical cutista apresenta as seguintes diretrizes e propostas:

Geração de empregos

1. Direcionar as políticas de desenvolvimento de São Paulo para gerar o crescimento do emprego com estabelecimento de metas.
2. Assegurar o emprego com vínculo formal e combater o trabalho informal.
3. Estimular o crescimento de setores intensivos em mão-de-obra através de políticas específicas de crédito.
4. Implementar políticas específicas para as micro e pequenas empresas que gerem em contrapartida o emprego formal.
5. Desburocratizar e simplificar a tributação no processo de criação e registro das micro e pequenas empresas.
6. Implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Estado de São Paulo e estimular a implementação nos municípios.
7. Adequar o processo de licitação pública para facilitar o acesso das micro e pequenas empresas.
8. Promover capacitação gerencial de mão-de-obra específica para as micro e pequenas empresas.
9. Implantar as políticas públicas de inclusão de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho.
10. Criar programas para a inclusão social através do mercado de trabalho (frentes de trabalho), através de aprendizagem prática, capacitação profissional, escolarização e orientação para reinserção ao trabalho, valorizando as diversidades regionais.
11. Promover o acesso a cursos profissionalizantes e técnicos combinados com educação formal para os jovens.

Formalização do mercado de trabalho

1. Exigir que os empregos gerados a partir do acesso aos recursos públicos e benefícios tributários sejam formais.
2. Estabelecer parceria com o Governo Federal para eliminar o trabalho escravo no Estado.
3. Erradicar o trabalho infantil com a aplicação da Convenção 138 da OIT que trata da idade mínima.
4. Estimular programas de geração de renda de caráter familiar em localidades onde existam crianças e adolescentes em atividades consideradas proibidas, retirando-as do trabalho e colocando-as na escola.
5. Assegurar ao adolescente com deficiência programas de formação profissional, respeitando suas possibilidades e aptidões.
6. Implementar políticas afirmativas para segmentos discriminados: mulheres, negros, índios, portadores de deficiência, homossexuais, ex-detentos.
7. Desenvolver campanha de sensibilização junto à sociedade sobre os diversos aspectos do assédio moral e a necessidade de combatê-lo.
8. Combater a precarização dos serviços públicos resultante da terceirização, garantindo aos trabalhadores terceirizados o mesmo patamar de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias do conjunto dos funcionários.
9. Criar mecanismos de desterceirização dos serviços públicos e nas Empresas Públicas e Estatais de São Paulo.
10. Retomar sob o controle do Estado os serviços terceirizados.
11. Adotar mão-de-obra de servidores públicos, devidamente concursados, para ocupação de serviços antes terceirizados.

Fortalecer a organização e democratização das relações de trabalho

1. Garantir o direito de representação sindical por local de trabalho.
2. Garantir o direito de Negociação Coletiva e de Greve no Setor Público.
3. Coibir e punir as práticas anti-sindicais.
4. Não à intervenção do Estado na organização sindical.
5. Fortalecer a fiscalização no local de trabalho, assegurando transparência e controle social com participação dos sindicatos.
6. Garantir o exercício da atividade sindical e a reintegração dos demitidos por justificativa da luta sindical.
7. Implementar Política de Valorização dos servidores públicos.
8. Implantar a política de Plano de Cargos, Carreira e Salários para os trabalhadores do setor público com possibilidades de ascensão funcional.
9. Garantir acesso e ingresso na Administração Pública apenas por concurso público.
10. Garantir reposição de pessoal nas vagas existentes dando posse aos aprovados em concursos públicos vigentes, bem como abrir novos concursos para os cargos em que não existam concursos vigentes.

11. Reconhecer a organização sindical dos servidores públicos, com garantias efetivas à atuação das direções sindicais.
12. Regular o direito à negociação coletiva no serviço público.
13. Respeitar as campanhas salariais unificadas do funcionalismo estadual.
14. Estabelecer canais de diálogo com os trabalhadores do setor público e seus representantes de base.
15. Instituir mesa permanente de negociação entre Governo Estadual e Entidades de representação dos servidores públicos.
16. Respeitar o cumprimento da data-base, estabelecida em projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa para o dia 1º de março de cada ano.
17. Incorporar as gratificações e os bônus ao salário-base dos servidores públicos.
18. Promover a qualificação do servidor com investimentos em treinamento.
19. Criar políticas de valorização e estímulo ao servidor que superem as visões pejorativas atribuídas aos trabalhadores do setor público.
20. Apresentar ao funcionalismo um Plano de Carreira, Cargos e Salários, desconsiderando qualquer proposta que venha a remunerar o servidor por desempenho, o que desrespeita a isonomia entre os servidores.
21. Realizar concursos públicos para preencher os quadros estatais e barrar a terceirização dos serviços públicos por meio de OS's (Organizações Sociais).
22. Implementar política de reajustes salariais para recuperar o poder de compra do salário do servidor público.
23. Ampliar o processo de valorização do piso regional e estabelecer processo de negociação entre Governo do Estado de São Paulo, Assembléia Legislativa e Trabalhadores para aumentar o seu poder de compra no Estado de São Paulo.

ÂMBITO PROBLEMÁTICO 3

BAIXA CAPACIDADE DO ESTADO EM ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O País vive momento propício para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Os dados positivos da economia, porém, são descartados no Estado de São Paulo e esta **AGENDA PELO DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO** vem combater modelos de governo e de Estado que comprovadamente se mostraram ineficientes e excludentes para a maioria da população.

São Paulo, como principal unidade econômica da Federação, poderia crescer muito mais para distribuir renda a partir de ações de Estado que melhorem profundamente os serviços públicos essenciais, como educação, saúde e infra-estrutura para geração de empregos. No entanto, ocorre o contrário, o que, para a CUT-SP, força a sociedade a rediscutir o formato atual de condução de políticas para o Estado.

Para construir políticas eficientes de desenvolvimento econômico e social, é necessário mudar urgentemente o modelo de Estado que tem prevalecido nas últimas décadas e alterá-lo para a construção de um modelo de Estado com gestão em novos parâmetros.

O atual modelo centralizador das decisões, privatista e terceirizante já mostrou ineficiência para alterar significativamente a situação da população paulista. Sem alterar esse modelo de Estado, torna-se impossível mudar as relações sociais e econômicas excludentes que prevalecem hoje na sociedade paulista. Ampliar e aprofundar o debate sobre o Estado que queremos é também aprimorar os instrumentos para construir a sociedade que queremos. Se os objetivos vão ao sentido de construir uma sociedade mais humana, mais justa e mais igualitária, que ofereça oportunidades para todos, precisamos de um Estado que seja um instrumento para a promoção eficiente desses objetivos.

O Estado deve ser mais do que um instrumento de defesa dos interesses de uma classe ou de um segmento de classe. A CUT-SP defende um Estado realmente democrático que refine, aprofunde e inove os instrumentos de decisão e participação da sociedade, seja pelas instituições e mecanismos já existentes, seja pela criação de novos mecanismos. É necessário ampliar e consolidar os mecanismos de participação popular e social nos processos de definição e decisão quanto às políticas públicas, notadamente quanto ao Orçamento do Estado.

Nesse sentido, audiências públicas devem ser ampliadas e aprimoradas como instrumento de participação da sociedade na definição das políticas públicas do Estado de São Paulo. Devem também ser instrumento para elaboração e definição de políticas e ações de desenvolvimento regional.

Sabemos que há diferentes visões e interesses sobre as características que devem fazer parte do modelo de Estado. Queremos, em razão disso, colocar em pauta, para debate, as questões e a concepção que, do nosso ponto de vista, entendemos ser as mais adequadas. Reafirmando, no entanto, que são questões abertas para o debate.

Para proporcionar o modelo de Estado amplo para o combate das desigualdades regionais, a CUT-SP considera que a grande dimensão territorial do Estado de São Paulo requer a definição de um modelo de desenvolvimento que leve em conta as características e as vocações regionais e setoriais. A ausência dessas preocupações na definição das políticas estaduais tem deixado regiões do Estado sem a devida cobertura de políticas públicas.

As audiências públicas regionalizadas para discussão do Orçamento do Estado são importante instrumento para provocar a reflexão sobre as questões regionais e definir investimentos e ações condizentes com as necessidades de cada região do Estado de São Paulo. Podemos apontar de antemão a grande importância de que se revestem os investimentos na agricultura familiar e nos pequenos agricultores, como incremento da produção de alimentos e a necessidade de apoio e incentivo às micro e pequenas empresas.

As diretrizes e as propostas aqui apresentadas têm como objetivo aumentar a capacidade do Estado em mobilizar o investimento público e privado, articulando políticas públicas eficientes que favoreçam o emprego, a produção e o bem-estar social da população do Estado de São Paulo:

O Estado de São Paulo como indutor do desenvolvimento sustentável

1. Implementar política fiscal compatível com metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda.
2. Implantar políticas setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
3. Estabelecer um Programa Estadual de Desenvolvimento da Economia Solidária.
4. Ampliar os investimentos em infra-estrutura, energia, transporte, saneamento básico e habitação popular, em consonância com a preservação ambiental.
5. Realizar integração intermodal, para que haja um sistema de transporte planejado no setor de cargas rodoviárias, ferroviária, portuária e aérea.
6. Estabelecer políticas de transportes visando à retomada do potencial de desenvolvimento que o setor apresenta em todas as atividades econômicas a ele relacionadas.
7. Fortalecer os instrumentos estatais de promoção do desenvolvimento, sem privatização das empresas estatais.
8. Barrar o processo de privatização de 18 empresas estaduais paulistas - Metrô, CPTM, EMTU, CDHU, Nossa Caixa, Sabesp, Cetesb, Emae, Cesp, Dersa, Cosesp, CPP, Prodesp, Imprensa Oficial, CPOS, IPT, Codasp e Emplasa.
9. Promover política adequada de “preços administrados”, evitando aumentos abusivos (energia, pedágio, água, transporte, entre outros).
10. Introduzir nas licitações a exigência de cumprimento de requisitos de preservação do trabalho e emprego, da saúde e do meio ambiente e prever mecanismos de fiscalização e controle social por parte da sociedade civil.
11. Efetivar desenvolvimento econômico e social compatível com a preservação do meio ambiente.
12. Frear o processo de diminuição do tamanho do Estado, tendo como São Paulo o laboratório de políticas neoliberais de esvaziamento da máquina pública em serviços essenciais e de interesse social da população.

Banco para o desenvolvimento

1. Criar novas linhas de crédito pelos bancos públicos para micro e pequenas empresas, exigindo contrapartidas sociais.
2. Fortalecer os instrumentos estatais de promoção e financiamento do desenvolvimento.
3. Incentivar banco público a financiar a agricultura familiar.

Meio ambiente

1. Desenvolver ações de combate aos grandes agentes poluentes, como mineradoras e grandes indústrias, exigindo debates transparentes sobre impacto ambiental e humano.
2. Estabelecer, em caráter prioritário, uma agenda do secretariado, envolvendo, sobretudo, as áreas de Ciência e Tecnologia, Trabalho e Emprego, Fazenda, Meio Ambiente, Saúde e Educação, para impulsionar o desenvolvimento de tecnologias limpas e seguras.

3. Estabelecer marco regulatório entre meio ambiente e saneamento.
4. Implantar planejamento estratégico de políticas públicas em meio ambiente, com enfoque em saúde pública.
5. Ampliar a fiscalização sobre os veículos a fim de exigir regulagem adequada dos motores.

ÂMBITO PROBLEMÁTICO 4

INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER E PARTICIPAÇÃO E BAIXA CAPACIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA ESTABELECEM MECANISMOS OU PROCESSOS DE CONTROLE SOCIAL

No que concerne à democracia, a conjuntura é crítica no Estado de São Paulo. Além da marca de governo centralizador conferida ao Executivo estadual, o Poder Legislativo deixa de exercer papel de independência por atender projetos de estrito interesse do Governo. Além disso, a participação de representantes da sociedade nos conselhos e nos órgãos estaduais carece de organização e poucos conseguem intervir nos processos de decisão efetivamente. O Governo tem atuado no sentido de intimidar organizações e manifestações que lutam por participação e democracia. O Estado, ao invés de aprofundar os processos democráticos de participação, resvala apenas para uma democracia formal, sem uma verdadeira participação da população e suas entidades representativas.

Ocorre, nesse sentido, a falta de diálogo entre Governo e trabalhadores do setor público, representados por Sindicatos e pela CUT-SP. O Governo Estadual recusa-se a receber as entidades representativas do funcionalismo e a cumprir a lei que estabeleceu a data-base e a mesa de negociação. Em razão dessa situação no Estado de São Paulo, a Central propõe à toda a sociedade a abertura de um amplo debate para a construção e aprimoramento desta Agenda para efetivamente instituir um novo modelo de Estado, verdadeiramente democrático, participativo e cidadão.

As diretrizes e as propostas aqui apresentadas têm como objetivo promover a participação da sociedade nos mais variados espaços, conferindo pluralidade e equilíbrio na promoção das políticas de desenvolvimento:

Participação social e política

1. Assegurar a participação dos atores e movimentos sociais nas instâncias de decisão de política pública como forma democrática de gestão.
2. Instituir mecanismos de participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração das Empresas Estatais, Fundações e Autarquias.
3. Garantir a participação dos trabalhadores nos Conselhos Tripartes das políticas públicas de qualificação, emprego e renda.
4. Garantir a participação dos trabalhadores no processo orçamentário: PPA, LDO, LOA etc.
5. Garantir a participação dos trabalhadores nos conselhos estadual e municipais de educação e saúde.
6. Instituir o Orçamento Participativo Estadual como política de governo para que a população decida as prioridades orçamentárias do Estado e incentivar esta política nos municípios.
7. Revisar o funcionamento dos diversos conselhos tripartites, transformando-os em espaços efetivos de formulação, deliberação, negociação e execução.
8. Estabelecer espaços tripartites de negociação sobre mudanças tecnológicas e organizacionais nos processos produtivos, com vistas à preservação do trabalho, emprego, saúde e meio ambiente.

Democratização dos meios de comunicação

1. Criar o Fundo Estadual de Apoio às Rádios e às TVs Comunitárias e Universitárias públicas.

2. Abrir linhas de crédito especiais para jornais de cooperativas, sindicais, comunitários e de associações de bairro.
3. Defender o carácter público da Rádio e TV Cultura.
4. Apoiar e fortalecer os softwares livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CUT-SP, que representa diretamente mais de 3,5 milhões de trabalhadores no Estado de São Paulo, pretende, ao apresentar nesta Agenda um conjunto de propostas, despertar o debate democrático na elaboração de políticas públicas para o Estado de São Paulo. Todas as sugestões expostas neste documento são de caráter propositivo e abertas ao processo permanente de diálogo com Governo Estadual, Assembléia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais, com o empresariado, com os movimentos sociais e com a sociedade de um modo geral.

São Paulo, 13 de novembro de 2007.

DIREÇÃO EXECUTIVA
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.cutsp.org.br